



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Para o Dieese, TR não preserva valor dos depósitos do FGTS, com perda de 68% desde 1999
A Taxa Referencial (TR) é inadequada para preservar o valor dos depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De junho de 1999 a dezembro do ano passado, a perda acumulada pode chegar a 68,32%.

O documento foi divulgado em razão da proximidade do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.090. Essa ADI questiona o uso da TR como fator de correção dos depósitos das contas vinculadas. O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou o tema para a próxima quinta-feira (20). “A iminência do julgamento recolocou o problema da insuficiência da correção dos depósitos em relação à inflação, que resulta em perdas para os trabalhadores titulares das contas”, afirma o Dieese.

A nota técnica, o Dieese lembra que a trajetória de queda da taxa de juros pós-1999, que afetou diretamente a TR, se acentuou nos seis últimos anos. “Em junho de 2013, a Selic anualizada havia atingido 7,32%, o menor patamar observado até então. A taxa voltou a subir até acumular 14,15% ao ano, em agosto de 2016, em virtude da política monetária restritiva perseguida pelo Banco Central naquele período.” Agora, está em 13,75%.

Uma mudança no fator de correção precisa considerar, também, as operações de crédito, para manter sustentabilidade a longo prazo. Com isso, nas áreas de habitação popular, saneamento e infraestrutura urbana, onde os recursos do Fundo de Garantia se aplicam, se exigirá “encontrar uma fórmula que permita a continuidade da oferta de crédito a baixo custo.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 19 de abril.

Ex-ministro Ayres Britto vai ao STF defender a revisão do FGTS

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto passou a atuar na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que reivindica a revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O caso foi pautado e deve ser julgado pela mais alta corte do país na próxima quinta-feira (20).

O Supremo irá analisar a ação que questiona a constitucionalidade da correção do dinheiro depositado no fundo. Atualmente, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação.

Perante a corte, Ayres Britto representará a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), que defende a procedência da ADI e a troca da Taxa Referencial por outro indicador.

A ideia da entidade é obter uma decisão em prol da revisão e, com isso, beneficiar servidores do Banco do Brasil e trabalhadores de todo o país. Um documento com o posicionamento preparado por Ayres Britto já foi entregue a todos os ministros do STF.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 19 de abril.

STF retoma julgamento sobre contribuição sindical por acordo ou convenção coletiva

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou na última sexta-feira, 14 de abril, o julgamento que trata da constitucionalidade da contribuição assistencial feita pelos trabalhadores não filiados aos sindicatos.

Dois dos votos já proferidos até o momento mostram placar favorável à decisão de haver uma contribuição assistencial, mantendo a garantia de recusa dos trabalhadores.

O ministro Gilmar Mendes, relator do processo, destacou em seu voto que a nova redação do artigo 578 da CLT, feita na reforma trabalhista, fragilizou a forma de manutenção das atividades sindicais, prejudicando o custeio de negociações coletivas. Mendes mudou seu entendimento em relação ao julgamento de 2018 após o ministro Luis Roberto Barroso ter apresentado uma nova tese na semana passada.

No novo entendimento, o trabalhador que não queira contribuir deve fazer a oposição durante assembleia da categoria, que necessitará ter a convocação amplamente divulgada. No entanto, caso a maioria dos participantes decida pela cobrança, ela irá valer para todos os trabalhadores da base e não somente aos que são associados - já que todo mundo será beneficiado pelo acordo. Cabe destacar que a proposta em discussão é diferente do que era conhecido, antes, como "imposto sindical", já que no novo formato o pagamento pelo trabalhador seria uma contrapartida após o Sindicato conquistar uma Convenção Coletiva forte.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 19 de abril.

Governo lança plano de R\$ 3 bi contra violência em escolas; solução não é só dinheiro, diz Lula

Numa reunião com a presença da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, de 26 governadores e seis prefeitos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou um pacote de R\$ 3 bilhões para ações nas escolas em reação às ameaças ocorridas em unidades de várias partes do País.

O presidente, no entanto, frisou que o problema da violência não será resolvido "só com dinheiro".

A pasta da Educação comandada pelo ministro Camilo Santana (PT) determinou a antecipação de R\$ 1,097 bilhão referentes à parcela de setembro do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para que os gestores educacionais possam investir em infraestrutura de melhora da segurança das instituições de ensino. Ainda dentro do programa, o MEC liberou R\$ 1,8 bilhão de recursos de anos anteriores que atualmente estão parados nas contas das escolas.

"A gente não vai resolver esse problema só com dinheiro, elevando o muro da escola, colocando detector de metais", disse Lula. "Sem a participação dos pais a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas. Não vamos transformar nossas escolas numa prisão de segurança máxima, que não tem solução", prosseguiu o presidente. "É preciso envolver todo mundo. Ninguém pode ficar fora. Nem o pastor mais sectário pode ficar fora desse processo", disse.

Lula ainda defendeu em seu discurso a necessidade de os professores analisarem a saúde mental das crianças nas escolas, assim como a importância de os governos locais envolverem toda a comunidade na construção de medidas para enfrentar a violência nesses ambientes. "Por isso tem que criar um comitê de prefeitos, de pais, de pastores. Nós temos que usar esse problema para resolver a violência nesse país", afirmou.

O Ministério da Educação também disponibilizou aos prefeitos e governadores R\$ 200 milhões de recursos do Programa de Ações Articuladas (PAA) para que sejam usados na implementação de núcleos psicossociais nos ambientes escolares.

A pasta de Camilo também firmou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para instituir nas escolas ações da chamada justiça restaurativa, que busca promover ciclos de construção de paz para a mediação de conflitos.

No início do mês, o governo Lula já havia lançado um edital de R\$ 150 milhões para a ampliação de rondas escolares em todo o País. O Executivo Federal agora vai dar início a um processo de formação dos professores da rede pública para que aprendam a lidar com situações de crise nas salas de aula.

A reunião com prefeitos, governadores e os chefes dos Poderes estava prevista para acontecer inicialmente na cerimônia de 100 dias do governo Lula, mas acabou desmarcada.

O convite às lideranças foi então reiterado durante a viagem oficial de Lula à China. Como mostrou o Estadão, o chamamento à classe política foi feito sob o apelo de realizar uma "reflexão nacional" sobre os ataques recentes nas escolas.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 19 de abril.

Testes positivos de Covid seguem em alta nas farmácias

O monitoramento dos testes de Covid que o varejo farmacêutico vem fazendo desde o início da pandemia entrou no mês de abril ainda com um patamar resistente de diagnósticos positivos.

Segundo a Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), o índice de casos na primeira semana de abril chegou a 5.400, o que equivale a quase 19% do volume de atendimentos. O patamar é superior ao registrado em março (18%) e fevereiro (15%).

Apesar da alta, a média no quadrimestre ainda está abaixo dos 24% registrados no mesmo período do ano passado, quando a ômicron acelerou o contágio na pandemia.

Para Sergio Mena Barreto, presidente da Abrafarma, o avanço é tímido, mas é necessário seguir em alerta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 19 de abril.